



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026
EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
Processo Administrativo nº 003318/2026-90
UASG: 926697

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por meio da Divisão de Licitações, sediada Rua Jundiaí, 481, Tirol – Natal/RN, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, das Resoluções nº 05/2023 e nº 07/2023, Atos da Mesa nº 2530/2023 e nº 2531/2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 14 de setembro de 2026

Horário: 09h (nove horas) - Horário de Brasília

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br> Critério

de Julgamento: Menor preço global

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada em corrida de rua para realização da 7ª corrida e caminhada do servidor da ALRN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será do tipo menor preço global.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária: 01.101 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Função: 01 – Legislativa

Subfunção: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA

Programa: 0106 - FORTALECIMENTO DA AÇÃO LEGISLATIVA

Ação: 403301 - Programa de Qualidade de Vida no Trabalho

Elemento de despesa: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Subelemento: 018 – Serviços de promoção artística, culturais, turísticas, recreativas e desportivas

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).



- 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. **A licitação é destinada a participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020.
- 3.6. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.7. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
 - 3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - 3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do



órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca; *se exigido*

5.1.3. Fabricante; *se exigido*

5.1.4. Quantidade

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o



caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (um centavo).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



6.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.17.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.17.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.17.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.17.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.17.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.17.2.2. empresas brasileiras;

6.17.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.17.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



6.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.18.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, **acompanhada da planilha de composição dos custos**, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.18.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.5 deste edital.



7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, **caso solicitado**, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.



7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, caso os documentos encontrem-se no Sistema.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação poderá ser verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou



à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.18. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.19. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a decadência do direito de contratar, uma vez que a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparados será exigida nas Licitações Públicas de forma diferenciada e para efeito de assinatura dos contratos, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na



ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.21. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que trata o subitem 8.18.

9. DOS DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO

9.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA



9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.6.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.7.1 A contratada deverá ser especializada na prestação de serviços com as características descritas no presente Termo, a qual deverá apresentar, no mínimo, um atestado de qualificação técnica, exclusivamente em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de serviço equivalente já realizado.

9.7.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.7.3 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.



10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de [5] dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de [5] dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até [5] dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de [5] dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

10.4.1 *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.4.2 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

10.4.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

10.5. Os prazos dos itens poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.8. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1 Abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista da microempresa e empresa de pequeno porte.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



- 11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço rua Jundiá, 481, Tirol – Natal/RN, na Divisão de Licitações da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte ou pelo <https://legispad.al.rn.leg.br/publico/pesquisa-processo>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 12.1.5. fraudar a licitação
- 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação



- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de



responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail licitacoes@al.rn.leg.br

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.al.rn.leg.br

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.11.2. ANEXO II – Modelo de Declaração de Parentesco;

14.11.3. ANEXO III – Minuta de Contrato

Natal/RN, 27 de agosto de 2026.

Thiago Antunes Bezerra
Pregoeiro



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

Processo Nº: 003318/2026-90

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Inciso I do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

Definição do objeto

1.1. Contratação de empresa especializada em corrida de rua para realização da 7ª corrida e caminhada do servidor da ALRN, nos termos das tabelas abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Contratação de empresa especializada em corrida de rua para realização da 7ª corrida e caminhada do servidor da ALRN.	Serviço	1

1.3. O serviço da tabela acima deverá englobar todo o material de apoio necessário ao desenvolvimento do evento, conforme detalhamento a seguir e incluindo outros detalhes mencionados nos requisitos (tópico 3) da contratação:

1.4.

ITEM	MATERIAL/SERVIÇO DE APOIO	UNIDADE DE MEDIDA	QNT
01	Seguro (morte acidental, invalidez por acidente, despesas médicas hospitalares e odontológicas).	UND	350
02	Providências relacionadas à obtenção das autorizações necessárias para a realização da corrida de rua/evento junto aos órgãos públicos e entidades privadas competentes, incluindo o pagamento das taxas, tributos e demais encargos aplicáveis.	UND	1
03	Equipe especializada para liberação muscular/massoterapia (mínimo de 6 profissionais) com todos os equipamentos específicos de apoio.	SERVIÇO	1
04	Ambulâncias com equipe técnica obrigatória, tipo D com motorista e dois profissionais da área de saúde em cada uma - enfermeiro e médico, que devem ser inscritos no Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Norte (COREN RN) e no Conselho Regional de Medicina, respectivamente.	UND	2
05	Fornecimento de serviço de hidratação, compreendendo o armazenamento, a refrigeração e	SERVIÇO	1

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Praça Sete de Setembro, s/n, Cidade Alta – Natal/RN – CEP: 59025-300

Fone: (84) 3232-5750 - www.al.rn.gov.br



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

	a distribuição de 80 (oitenta) caixas de água mineral, contendo 48 (quarenta e oito) copos de 200 ml cada, totalizando 3.840 (três mil, oitocentos e quarenta) copos, a serem disponibilizados em 04 (quatro) pontos de hidratação, assim distribuídos: 01 (um) ponto na área de largada/chegada, 02 (dois) pontos ao longo do percurso e 01 (um) ponto na área de confraternização pós-evento. O quantitativo estimado destina-se ao atendimento dos participantes, equipes de apoio, colaboradores, voluntários e demais envolvidos no evento, contemplando ainda reposição contínua, perdas operacionais e estoque de contingência, de modo a garantir o abastecimento durante toda a 7ª Corrida e Caminhada do Servidor da ALRN.		
06	Prestação de serviço de cronometragem eletrônica para até 350 (trezentos e cinquenta) atletas, mediante utilização de sistema eletrônico de alta precisão, com tecnologia Race Zone ou equivalente, incluindo sensores/tapetes de captação instalados nos pontos de largada, percurso e chegada. O serviço deverá assegurar a atuação de uma equipe técnica especializada para instalação, operação e monitoramento do sistema durante todo o evento, bem como apuração segura e precisa dos tempos dos participantes. Deverão ser disponibilizados resultados em tempo real ou em prazo compatível com a finalização da prova, incluindo classificação geral e por categoria.	SERVIÇO	1
07	Fornecimento de troféus personalizados destinados à premiação dos participantes classificados em 1º, 2º e 3º lugares, feminino e masculino nas categorias Servidor, Convidados, Parlamentares, PCD e 60+, confeccionados de acordo com a identidade visual previamente aprovada para o evento. Os troféus deverão possuir acabamento de alta qualidade, com altura mínima de 15 cm, podendo ser confeccionados em zamac com base em MDF, acrílico premium, aço inox, metal fundido ou material equivalente de	UND	30



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

	padrão similar ou superior, desde que amplamente utilizado em eventos esportivos e corridas de referência, garantindo resistência, durabilidade e apresentação estética compatível com a relevância do evento. As peças deverão conter personalização exclusiva do evento, incluindo aplicação de logomarca, identificação da categoria e colocação correspondente. A contratada deverá encaminhar amostra física ou catálogo detalhado do modelo proposto para análise e aprovação dos fiscais do contrato, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos da data prevista para a entrega definitiva dos materiais, podendo ser aceito prazo diverso, desde que previamente autorizado pela fiscalização do contrato.		
08	Fornecimento de medalhas personalizadas em zamac para todos os participantes da corrida, incluindo convidados, confeccionadas de acordo com a identidade visual previamente aprovada para o evento. As medalhas deverão possuir espessura aproximada de 2 mm e diâmetro aproximado de 8 cm, com acabamento de qualidade, além de fita em cetim com largura aproximada de 2 cm, devidamente personalizada ou compatível com a identidade visual do evento. A contratada deverá encaminhar amostra física ou catálogo detalhado da medalha para análise e aprovação dos fiscais do contrato, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos da data prevista para a entrega definitiva do material, podendo ser aceito prazo diverso, desde que previamente autorizado pela fiscalização do contrato.	UND	350
09	Prestação de serviço de locução esportiva para corrida de rua, a ser realizada por profissional com experiência comprovada em eventos esportivos dessa natureza, responsável pela condução, animação e divulgação das informações oficiais do evento. O serviço deverá contemplar comunicação clara, dinâmica e adequada ao público participante,	SERVIÇO	1

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Praça Sete de Setembro, s/n, Cidade Alta – Natal/RN – CEP: 59025-300
Fone: (84) 3232-5750 - www.al.rn.gov.br



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

	incluindo anúncios de largada, chegada, orientações gerais, chamadas institucionais e premiações, garantindo integração com a organização do evento e suporte durante toda a programação.		
10	Fornecimento e montagem de estrutura de pódio para premiação dos atletas classificados em 1º, 2º e 3º lugares, composta por plataforma elevada em três níveis distintos, com dimensões proporcionais e adequadas à realização da cerimônia de premiação. A estrutura deverá incluir backdrop personalizado com a identidade visual oficial da corrida, medindo, no mínimo, 3 m x 3 m, devidamente instalado e com acabamento compatível com eventos esportivos de médio e grande porte. O pódio deverá apresentar resistência, estabilidade e segurança para utilização pelos participantes durante a premiação, além de acabamento visual de qualidade e compatibilidade estética com os demais elementos do evento.	UND	1
11	Fornecimento e montagem de estrutura de guarda-volumes, em formato de stand destinada ao armazenamento temporário de pertences dos participantes, com capacidade para atendimento de até 350 (trezentos e cinquenta) inscritos. A estrutura deverá disponibilizar espaço individual adequado para acondicionamento dos volumes, com dimensão aproximada de 30 cm x 50 cm (altura x largura), podendo utilizar sistema de armazenamento por compartimentos, cabides, ganchos ou solução equivalente que assegure organização, praticidade e segurança. O serviço deverá contemplar controle de entrega e retirada dos volumes, com identificação dos pertences e suporte operacional durante todo o período do evento. A estrutura deverá seguir a identidade visual previamente aprovada para a corrida, apresentando acabamento compatível com eventos esportivos de médio e grande porte.	UND	1
12	Fornecimento, montagem e desmontagem de estrutura tipo pórtico destinada à identificação e sinalização dos pontos de largada e chegada da	UND	1



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

	corrida, contendo aplicação da identidade visual oficial do evento. A estrutura deverá ser confeccionada em material resistente e apropriado para utilização em ambientes externos, com sistema de sustentação seguro, estabilidade estrutural e acabamento compatível com eventos esportivos de médio e grande porte. O pórtico deverá possuir dimensões adequadas ao fluxo de participantes e à visibilidade do evento, além de espaço apropriado para aplicação de comunicação visual, logomarcas institucionais e identificação da corrida.		
13	Fornecimento de kit esportivo para corrida de rua, composto por camiseta, viseira esportiva e mochila tipo sacochila impermeável, além de número de peito com chip de cronometragem, mapa do percurso e informativo com as regras do evento. A camiseta deverá ser confeccionada em tecido tecnológico de alta performance, poliamida 100% ou poliamida com 2% de elastano, tipo Dry Fit, com alta respirabilidade, secagem rápida, conforto térmico e excelente durabilidade. A viseira deverá ser leve, de alta qualidade, com material respirável, faixa absorvente de suor e sistema de ajuste regulável. A sacochila deverá ser confeccionada em poliéster de alta densidade ou material equivalente premium, com revestimento impermeável, cordões reforçados, acabamento resistente, com bolso interno ou externo. Todos os itens deverão ser personalizados conforme a identidade visual oficial do evento, com acabamento de padrão elevado. As camisetas deverão ser disponibilizadas nos tamanhos PP, P, M, G, GG, XG e XXG, conforme indicação dos participantes no ato da inscrição. A contratada deverá encaminhar amostras físicas da camiseta, viseira e sacochila para análise e aprovação prévia dos fiscais do contrato, assegurando padrão de qualidade e conformidade com as especificações técnicas estabelecidas, em prazo mínimo de 30 (trinta) dias corridos antes da entrega final, podendo ser ajustado mediante anuência da fiscalização.	UND	350



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

14	Contratação de atração musical ao vivo, no formato banda baile, com repertório diversificado e adaptável a diferentes públicos e contextos, contemplando variados estilos musicais. O serviço deverá incluir estrutura completa de apresentação, com músicos, equipamentos e execução musical ao vivo, assegurando qualidade técnica, boa performance sonora e adequação ao perfil do evento. CRITÉRIOS MÍNIMOS PARA A ATRAÇÃO MUSICAL A atração musical a ser contratada deverá atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos mínimos, compatíveis com o porte e as características do evento: • ser banda ou grupo musical composto por, no mínimo, 04 (quatro) integrantes, entre músicos e vocalistas; • possuir repertório mínimo de 40 (quarenta) músicas, abrangendo, no mínimo, 04 (quatro) estilos ou gêneros musicais distintos, de modo a proporcionar variedade musical compatível com o perfil diversificado do público do evento; • realizar apresentação musical com duração mínima de 02 (duas) horas, conforme programação estabelecida pela Administração; • disponibilizar estrutura própria de sonorização compatível com público de aproximadamente 350 (trezentos e cinquenta) pessoas e com as características do local da apresentação, contemplando, no mínimo, mesa de som, caixas acústicas, amplificação, microfones e demais equipamentos necessários à adequada execução da apresentação; • disponibilizar os instrumentos musicais e demais equipamentos necessários à realização da apresentação, responsabilizando-se pela montagem, operação e desmontagem da estrutura de sua responsabilidade. O atendimento aos requisitos deverá ser comprovado mediante documentação idônea, quando solicitado pela Administração, de forma a permitir a verificação objetiva da capacidade técnica, artística e operacional da atração musical para a execução do serviço.	SERVIÇO	1
15	Contratação de serviço de apresentação musical ao vivo com saxofone, a ser executado por músico	SERVIÇO	1



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

	instrumentista em ponto específico do percurso da corrida, previamente definido pela organização. A apresentação deverá ocorrer em horário compatível com o andamento da prova, sem interferir no fluxo dos atletas. A contratada será responsável pelo fornecimento do músico, do instrumento musical e de todos os acessórios necessários à execução do serviço, devendo assegurar qualidade técnica, pontualidade, boa performance sonora e adequação ao ambiente externo do evento.		
16	Disponibilização do espaço destinado à realização do evento (Espaço Rampa Cultural), por meio de cessão, locação ou contrapartida institucional, cabendo à contratada o pagamento do valor fixo de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). O espaço deverá estar apto para a realização das atividades relacionadas à corrida, incluindo áreas de apoio, concentração, largada, chegada e confraternização, quando aplicável, em condições adequadas de segurança, acessibilidade, limpeza e infraestrutura básica. A utilização do espaço deverá ocorrer em data e horário previamente definidos, garantindo compatibilidade com a montagem, execução e desmontagem da estrutura do evento, bem como com o fluxo de participantes e do público.	SERVIÇO	1

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Ato da Mesa nº 2530, de 29 de dezembro de 2023.

1.6. Os bens/serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Justificativa para a contratação

1.7. A Diretoria de Gestão de Pessoas, por meio do Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho, identificou a necessidade de contratação de empresa especializada para o planejamento, organização e execução da 7ª Corrida e Caminhada dos Servidores da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, evento institucional realizado anualmente em alusão ao Dia do Servidor Público, celebrado em 28 de outubro.

1.8. A demanda decorre da necessidade de dar continuidade às ações permanentes de promoção da qualidade de vida, integração institucional e valorização dos servidores, previstas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Praça Sete de Setembro, s/n, Cidade Alta – Natal/RN – CEP: 59025-300

Fone: (84) 3232-5750 - www.al.rn.gov.br

no calendário anual de atividades do Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho. O evento tem como finalidade incentivar a prática de atividades físicas, promover hábitos saudáveis e contribuir para a melhoria da saúde física e mental dos participantes, fortalecendo, ainda, o relacionamento interpessoal entre servidores, parlamentares e demais colaboradores da Casa.

2. FORMA DE CONTRATAÇÃO (Inciso II do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

2.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

3. REQUISITOS DO FORNECEDOR (Inciso III do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

3.1. A 7ª Corrida e Caminhada dos Servidores da ALRN deverá acontecer em 31 de outubro do ano corrente, a partir das 16h, no Espaço Rampa Cultural (conforme justificativa no Documento Anexo (ID: 442497)), localizado na Rua Cel. Flaminio, 1 - Santos Reis, Natal/RN, 59037-155, contando com um percurso de 5km para corrida e 3Km para caminhada;

3.2. A contratada deverá planejar, organizar e executar evento esportivo de corrida e caminhada de rua incluindo os seguintes serviços, além de outros já mencionados na tabela do subitem 1.4:

3.2.1. Entrega dos kits da corrida na sede da ALRN;

3.2.2. No número de peito do participante deverá constar: nome do inscrito, identificação como servidor ou convidado, categoria, descrição de “3 km” ou “5 km” e chip já fixado no momento da entrega do kit. Item essencial para identificação do atleta e correta cronometragem, deverá ainda observar quatro padrões de cores para servidor/parlamentar, convidado, 5km e 3 km.

3.2.3. Disponibilização de um total de 30 (trinta) troféus: para 1º, 2º e 3º colocados das categorias abaixo:

3.2.3.1. Geral (12 troféus): Servidor e convidado (sexo feminino e masculino) - trajeto de 5 km;

3.2.3.2. Parlamentar (6 troféus): sexo feminino e masculino - trajeto de 5 km;

3.2.3.3. PCD Servidor (6 troféus): sexo feminino e masculino - trajeto de 5 km;

3.2.3.4. Participantes Servidores com mais de 60 anos (6 troféus): sexo feminino e masculino - trajeto de 5 km.

3.2.3.5. Não serão disponibilizados troféus para participantes da caminhada de 3 km.

3.2.3.6. A distribuição da premiação deverá ser na seguinte ordem: 1º PCD; 2º 60 +; 3º Parlamentares; 4ª categoria geral servidor e 5º convidados.

3.3. A CONTRATADA deverá observar, durante toda a execução do contrato, o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), comprometendo-se a tratar os dados pessoais a que tiver acesso exclusivamente para as finalidades relacionadas à execução do objeto contratado e de acordo com as instruções da CONTRATANTE.

Critérios e práticas de sustentabilidade (Inciso XVII do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

3.4. A contratada se obriga a fazer destinação e a disposição final dos resíduos gerados durante o evento de forma ambientalmente adequada e responsável, de acordo com a Política Nacional de Resíduos sólidos (Lei nº 12.305/2010).

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Habilitação Jurídica

3.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

3.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

3.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

3.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

3.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

3.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

3.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

3.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista (Pessoa Jurídica)

3.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

3.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à

Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

3.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

3.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943.

3.17. Certidão Negativa de Inidoneidade e Impedimento junto ao Cadastro Nacional de Empresas inidôneas e Suspensas (CEIS).

3.18. Certidão Negativa de Inidoneidade e Impedimento junto ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

3.19. Certidão Negativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade.

3.20. Certidão Negativa de licitantes inidôneos.

3.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

3.22. Prova de regularidade com a Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

3.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

3.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

3.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

Qualificação técnica

3.26. A contratada deverá ser especializada na prestação de serviços com as características descritas no presente Termo, a qual deverá apresentar, no mínimo, um atestado de qualificação técnica, exclusivamente em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de serviço equivalente já realizado.

3.27. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

3.28. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

4. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO (Inciso IV do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

Prazo de vigência

4.1. O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser encerrado antecipadamente após a entrega definitiva do objeto e respectivo recebimento definitivo pela Administração, observadas as demais obrigações contratuais, inclusive aquelas relacionadas à liquidação e ao pagamento.

4.2. O contrato poderá ser substituído por Nota de Empenho, nos termos da legislação vigente, quando as características da contratação assim permitirem.

5. MODELO DE GESTÃO (Inciso I do Art 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

5.1. A servidora Bárbara Rashma Cavalcanti de França, matrícula nº 201745-8 será fiscal titular, e a servidora Eduarda Loyze Dantas Vanderley, matrícula nº 207015-4, será fiscal substituta (E-mail: qualidadedevida@al.rn.leg.br, Telefone: 31320322), e, exercerão a fiscalização da contratação, registrando todas as ocorrências e deficiências em relatório, cuja cópia será encaminhada à contratada, mediante notificação, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas; também, adotarão as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

5.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da execução do objeto e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o seu perfeito cumprimento.

5.3. A fiscalização exercida no interesse do órgão contratante, não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou ainda resultante de imperfeições, emprego de material inadequado ou de qualidade dos serviços, tendo-se que a sua ocorrência não implica corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos.

5.4. O Fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.5. As comunicações entre a ALRN e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.6. A Divisão de Gestão de Contratos e Convênios e o fiscal designado estabelecerão todos os contatos durante a execução do contrato, nos termos da legislação.

5.7. A Divisão de Gestão de Contratos e Convênios poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.8. Ao final do contrato, caberá ao fiscal emitir relatório quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho e eventuais penalidades aplicadas durante a execução contratual.

6. PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO OU ENTREGA DO OBJETO (Inciso VI do Art 2º do Anexo VI do Ato de Mesa 2531/2023)



6.1. O prazo para o início da execução do objeto será de 5 (cinco) dias corridos, contados da assinatura do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Inciso VII do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

7.1.1. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

7.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7.1.3. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência, para reabilitados da Previdência Social ou para aprendizes, bem como as demais reservas estabelecidas na legislação vigente, incluindo o disposto na Lei Estadual nº 10.171/2017 (e suas alterações), garantindo a destinação de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de seus empregados a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, com prioridade para aquelas atendidas por casas de apoio, acolhimento ou abrigo.

7.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (Lei nº 14.133/2021, art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

7.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.7. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.1.8. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

7.1.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

7.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores



futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATANTE deverá ainda:

8.2. Emitir Nota de Empenho a crédito da Contratada no valor correspondente ao valor de fornecimento de material ou prestação serviço, relacionados ao objeto deste instrumento;

8.3. Atentar para que, durante a vigência de contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação por parte da Contratada, bem como para que seja mantida a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

8.4. Prestar todas as informações e todo o apoio necessários para que os serviços sejam realizados conforme planejado, de forma sequencial e sem interrupções;

8.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.6. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.7. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

8.8. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste instrumento;

8.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n.º 5/2017;

8.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.12. Cientificar autoridade superior para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

8.13. Arquivar, entre outros documentos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

9. REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO (Inciso VIII do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

9.1. Contratação de empresa especializada em corrida de rua para realização da 7ª corrida e caminhada do servidor da ALRN.

9.2. O serviço será prestado no dia 31 de outubro de 2026, no Espaço Rampa Cultural às 16h, contando com um percurso de 5km para corrida e 3Km para caminhada.

9.3. A execução dos serviços compreenderá não apenas as atividades realizadas na data do evento, mas também todas as etapas preparatórias e operacionais necessárias à sua realização, incluindo, dentre outras: entrega dos kits aos participantes; apresentação e entrega de amostras para aprovação da fiscalização contratual; realização de vistoria técnica do percurso; montagem e desmontagem da estrutura do evento; obtenção e apresentação das documentações, licenças e autorizações necessárias junto aos órgãos competentes; reuniões de alinhamento com a equipe da Assembleia; além de demais serviços correlatos indispensáveis à execução da Corrida.

Do recebimento

9.4. O recebimento seguirá o normativo interno da ALRN e o disposto no art. 140 e seguintes, da Lei nº 14.133/2021, conforme exposto a seguir:

9.4.1. Provisoriamente, no ato da entrega, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, após a conclusão da execução dos serviços previstos neste Termo de Referência;

9.4.1.1. O recebimento provisório compreenderá a verificação, pela fiscalização, da execução dos serviços contratados, incluindo a organização e realização do evento, a disponibilização das equipes, a prestação dos serviços de hidratação, cronometragem, locução, atendimento e apoio, bem como a montagem e desmontagem das estruturas e a entrega e disponibilização dos materiais integrantes do objeto, tais como kits, medalhas, troféus e demais itens previstos neste Termo de Referência; e

9.4.2. Definitivamente, no prazo máximo 2 (dois) dias úteis contados do recebimento provisório, após a verificação mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

9.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.6. O recebimento definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da licitante contratada quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pela ALRN, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

10. PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL (Inciso IX do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

10.1. A ALRN editou a Resolução nº 07 de 21 de março de 2023, a qual dispõe sobre a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, instituindo o rito procedimental de apuração de responsabilidade de eventuais infrações praticadas por licitantes ou contratados, e regulamenta as competências para aplicação das sanções administrativas, que será aplicada nos casos cabíveis, conforme prescrições abaixo elencadas.



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

10.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- A) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- B) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- C) dar causa à inexecução total do contrato;
- D) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- E) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- F) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- G) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- H) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- I) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- J) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- K) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- L) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.3. O fornecedor que não cumprir integralmente as obrigações assumidas, seja licitante ou contratado, nos casos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa, estará sujeito às seguintes penalidades:

I. advertência

- A) Nos casos em que este der causa à inexecução parcial do contrato, desde que não se justifique a imposição de penalidade mais grave, determinando que seja sanada a impropriedade e notificando que, em caso de reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

II. multa

- A) por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.
- B) multa poderá ser aplicada respeitando os seguintes percentuais:
 - a. de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da proposta, nos casos em que a licitante deixar de apresentar a documentação exigida pelo certame;
 - b. de 5% (cinco por cento) sobre o valor da proposta no caso em que a licitante não mantiver a sua proposta ou deixar de celebrar o contrato no prazo de validade da proposta;
 - c. de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta no caso em que a licitante apresentar documento falso ou em caso de recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;
 - d. de 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta no caso em que a licitante cometer fraude ou comportar-se de modo inidôneo no âmbito da licitação.
- C) No âmbito do contrato e aditamentos, a sanção de multa poderá ser de caráter:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Praça Sete de Setembro, s/n, Cidade Alta – Natal/RN – CEP: 59025-300

Fone: (84) 3232-5750 - www.al.rn.gov.br



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

- a. moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, conforme previsto em termo de referência, projeto básico, edital ou contrato, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente;
- b. compensatório, quando serão aplicados os seguintes percentuais:
 - i. de 10% (dez por cento), em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada de forma proporcional sobre a parte inadimplida;
 - ii. de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total do objeto.

III. impedimento de licitar e contratar

- A) Os licitantes ou contratados poderão ser impedidos de licitar e contratar no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e/ou no contrato, bem como das demais cominações legais, nos termos do art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021, sendo imposta àquele que:
 - a. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - b. der causa à inexecução total do contrato;
 - c. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - d. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - e. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - f. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

IV. declaração de inidoneidade de licitar e contratar

- A) A declaração de inidoneidade impossibilita o fornecedor ou interessado de participar de licitações e formalizar contratos com todos os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta em todos os níveis federativos, precedida de análise jurídica, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens “a” a “f” do inciso anterior que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento, bem como àquele que:
 - a. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - b. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - c. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - d. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - e. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

10.4. As penalidades previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas conjuntamente com o inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, especificando as provas que pretenda produzir.

10.5. Na aplicação das sanções administrativas de que trata este item, a autoridade administrativa levará em conta a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades



do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública, a culpabilidade do infrator, a intensidade do dano provocado e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

11. FORMA DE PAGAMENTO (Inciso XI do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

Prazo de pagamento

11.1. O pagamento será realizado em até 20 (vinte) dias úteis a contar do atesto da Nota Fiscal, contados da apresentação da fatura, salvo quando houver pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à contratada, em virtude de penalidade ou inadimplência, depois de executado o objeto por meio de depósito em conta corrente, mediante ordem bancária.

11.2. A nota fiscal deverá ser apresentada devidamente preenchida e discriminada, em nome da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, CNPJ nº 08.493.371/0001-64.

11.3. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida pelo gestor à contratada e o pagamento ficará pendente até que ele providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

11.4. No momento de apresentação de cada Nota Fiscal/Fatura, deverá vir acompanhada de prova de regularidade fiscal da CONTRATADA, com a apresentação das seguintes certidões:

11.4.1. Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos Negativos) de Débitos Trabalhista;

11.4.2. Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos Negativos) de Débitos Municipais;

11.4.3. Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos Negativos) de Débitos Estaduais;

11.4.4. Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos Negativos) de Débitos Federais (CONJUNTAS);

11.5. Não estando em dia com as certidões negativas, a ausência das mesmas não configurará impedimento ao pagamento, porém a empresa será notificada para regularização fiscal.

12. CONDIÇÕES DE REAJUSTE (Inciso XII do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

12.1. Os valores contratuais poderão ser reajustados, excepcionalmente, após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado, com base na variação acumulada do IPCA/IBGE no período, nos termos da legislação vigente.

12.2. Na hipótese de atraso ou não divulgação do índice, o Contratante efetuará o pagamento considerando a última variação oficialmente publicada, promovendo o ajuste das diferenças após a divulgação do índice definitivo.

13. VALOR ESTIMADO (Inciso XIX do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

13.1. O custo estimado total da contratação é aquele apresentado conforme pesquisa realizada pelo Núcleo Operacional de Apoio e Pesquisa.

O presente Termo de Referência foi elaborado pela equipe de planejamento da contratação designada nos autos, cabendo aos membros demandante/técnico a definição da descrição do



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

objeto e dos elementos de natureza técnica e aos membros administrativos o apoio quanto aos aspectos formais do documento, nos termos dos Anexos I e V do Ato da Mesa nº 2.531/2023.

Nome do servidor	Área de atuação na equipe
Bárbara Rashma Cavalcanti de França	Membro demandante/técnico
Eduarda Loyze Dantas Vanderley	Membro demandante/técnico
Shara Raquel Santos de Brito	Membro demandante/técnico
Vinicius Alves Cortez	Membro demandante/técnico
Alisson Alves Ribeiro	Membro administrativo

Natal/RN, data da assinatura eletrônica.



LEGISPAD
Sistema de Processo
Administrativo Digital

Documento assinado eletronicamente por **EDUARDA LOYZE DANTAS VANDERLEY**, em 19/08/2026, às 13:31.



LEGISPAD
Sistema de Processo
Administrativo Digital

Documento assinado eletronicamente por **SHARA RAQUEL SANTOS DE BRITO**, em 19/08/2026, às 13:31.



LEGISPAD
Sistema de Processo
Administrativo Digital

Documento assinado eletronicamente por **ALISSON ALVES RIBEIRO**, em 19/08/2026, às 13:32.



LEGISPAD
Sistema de Processo
Administrativo Digital

Documento assinado eletronicamente por **BARBARA RASHMA CAVALCANTI DE FRANCA**, em 19/08/2026, às 13:32.



LEGISPAD
Sistema de Processo
Administrativo Digital

Documento assinado eletronicamente por **VINICIUS ALVES CORTEZ**, em 19/08/2026, às 13:36.



A autenticidade do documento pode ser conferida em <https://legispad.al.rn.leg.br/publico/autenticacao-documento>, informando o identificador do documento **442506** e o código de acesso **996D8ABF**



ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

(Usar papel timbrado da empresa)

PREGÃO Nº. 026/2026 – AL/RN

_____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____ (endereço da empresa), por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF/MF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que, no certame licitatório em epígrafe, atende ao art. 14¹, IV, da Lei 14.133/21, por:

1. Inexistir em sua composição integrantes com impedimento em participar em Licitações e Contratos Administrativos ou qualquer infringência aos princípios do *caput* D Art. 37² da Constituição Federal de 1988;
2. Não possuir em seu quadro societário, ou funcional que detenha poder decisório (gerentes ou diretores), integrante que seja agente político do Poder Legislativo ou entidade contratante, ocupantes de cargos de Direção, Chefia ou responsável pela licitação;
3. Não possuir em seu quadro societário, ou funcional que detenha poder decisório (gerentes ou diretores), integrante que seja conjugue, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

() Os sócios desta empresa, bem como seus gerentes, diretores SÃO CÔNJUGES, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros vinculados a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, abaixo identificado(s):

Local e data,

Carimbo (ou nome legível) e assinatura
Representante legal

¹ Art. 14, IV: *Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação*²

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

CONTRATO Nº XXX/2026

PAD nº 3318/2026-90

RESUMO



CONTRATANTE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CNPJ nº 08.493.371/0001-64

CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - CNPJ nº
XX.XXX.XXX/XXXX-XX



OBJETO

Contratação de empresa especializada em corrida de rua para realização da 7ª corrida e caminhada do servidor da ALRN.



ENTREGA

Forma – Única.

Local – Espaço Rampa Cultural, localizado na Rua Cel. Flaminio, 1 - Santos Reis, Natal/RN, 59037-155.



VALOR TOTAL

R\$ XXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).

REAJUSTE

Índice (X) IPCA () INPC () INCC () IGPM

Período – A cada 12 meses, a contar de XX/XX/202X (data do orçamento estimado).

PAGAMENTO

Forma – Ordem bancária.

Prazo – 20 dias úteis, a contar do atesto da NF/Fatura pelo fiscal.



GARANTIA

Espécie () Execução () Objeto () Contratual.

FISCALIZAÇÃO

Fiscal Titular – Bárbara Rashma Cavalcanti de França – Matrícula: 201745-8.

Fiscal Substituto – Eduarda Loyze Dantas Vanderley – Matrícula: 207015-4.

Telefone: (84) 3132-0322

E-mail: qualidadedevida@al.rn.leg.br



PREPOSTO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone: (XX) XXXXX-XXXX

E-mail: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



VIGÊNCIA

Prazo – 90 dias corridos.

Início – XX/XX/202X.

Fim – XX/XX/202X.

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS, QUE ENTRE SI
CELEBRAM A ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO RIO GRANDE
DO NORTE E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

Pelo presente instrumento, de um lado, a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.493.371/0001-64, com sede na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, à Praça Sete de Setembro, s/n, Cidade Alta, representada neste ato por seu Presidente, **DEPUTADO EZEQUIEL GALVÃO FERREIRA DE SOUZA**, inscrito no CPF/MF sob o nº 414.005.854-49, residente e domiciliado neste município, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXX.XXX.XXX/XXXX-XX**, com sede na **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, neste ato representada por **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, cujos dados estão descritos no processo que originou a presente contratação, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 3318/2026-90, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E SUAS CARACTERÍSTICAS

1.1. O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada em corrida de rua para realização da 7ª corrida e caminhada do servidor da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, nos termos da tabela abaixo, conforme exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	MATERIAL/SERVIÇO DE APOIO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	Seguro (morte acidental, invalidez por acidente, despesas médicas hospitalares e odontológicas).	Und	350
02	Providências relacionadas à obtenção das autorizações necessárias para a realização da corrida de rua/evento junto aos órgãos públicos e entidades privadas competentes, incluindo o pagamento das taxas, tributos e demais encargos aplicáveis.	Und	01
03	Equipe especializada para liberação muscular/massoterapia (mínimo de 6 profissionais) com todos os equipamentos específicos de apoio.	Serviço	01

04	Ambulâncias com equipe técnica obrigatória, tipo D com motorista e dois profissionais da área de saúde em cada uma - enfermeiro e médico, que devem ser inscritos no Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Norte (COREN RN) e no Conselho Regional de Medicina, respectivamente.	Und	02
05	Fornecimento de serviço de hidratação, compreendendo o armazenamento, a refrigeração e a distribuição de 80 (oitenta) caixas de água mineral, contendo 48 (quarenta e oito) copos de 200 ml cada, totalizando 3.840 (três mil, oitocentos e quarenta) copos, a serem disponibilizados em 04 (quatro) pontos de hidratação, assim distribuídos: 01 (um) ponto na área de largada/chegada, 02 (dois) pontos ao longo do percurso e 01 (um) ponto na área de confraternização pós-evento. O quantitativo estimado destina-se ao atendimento dos participantes, equipes de apoio, colaboradores, voluntários e demais envolvidos no evento, contemplando ainda reposição contínua, perdas operacionais e estoque de contingência, de modo a garantir o abastecimento durante toda a 7ª Corrida e Caminhada do Servidor da ALRN.	Serviço	01
06	Prestação de serviço de cronometragem eletrônica para até 350 (trezentos e cinquenta) atletas, mediante utilização de sistema eletrônico de alta precisão, com tecnologia Race Zone ou equivalente, incluindo sensores/tapetes de captação instalados nos pontos de largada, percurso e chegada. O serviço deverá assegurar a atuação de uma equipe técnica especializada para instalação, operação e monitoramento do sistema durante todo o evento, bem como apuração segura e precisa dos tempos dos participantes. Deverão ser disponibilizados resultados em tempo real ou em prazo compatível com a finalização da prova, incluindo classificação geral e por categoria.	Serviço	01
07	Fornecimento de troféus personalizados destinados à premiação dos participantes classificados em 1º, 2º e 3º lugares, feminino e masculino nas categorias Servidor, Convidados, Parlamentares, PCD e 60+, confeccionados de acordo com a identidade visual previamente aprovada para o evento. Os troféus deverão possuir acabamento de alta qualidade, com altura mínima de 15 cm, podendo ser confeccionados em zamac com base em MDF, acrílico premium, aço inox, metal fundido ou material equivalente de padrão similar ou superior, desde que amplamente utilizado em eventos esportivos e corridas de referência, garantindo resistência, durabilidade e apresentação estética compatível com a relevância do evento. As peças deverão conter personalização exclusiva do evento, incluindo aplicação de logomarca, identificação da categoria e colocação correspondente. A contratada deverá encaminhar amostra física ou catálogo detalhado do modelo proposto para análise e aprovação dos fiscais do contrato, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos da data prevista para a entrega definitiva dos materiais, podendo ser aceito prazo diverso, desde que previamente autorizado pela fiscalização do contrato.	Und	30
08	Fornecimento de medalhas personalizadas em zamac para todos os participantes da corrida, incluindo convidados, confeccionadas de acordo com a identidade visual previamente aprovada para o evento. As medalhas deverão possuir espessura aproximada de 2 mm e diâmetro aproximado de 8 cm, com acabamento de qualidade, além de fita em cetim com largura aproximada de 2 cm,	Und	350

	devidamente personalizada ou compatível com a identidade visual do evento. A contratada deverá encaminhar amostra física ou catálogo detalhado da medalha para análise e aprovação dos fiscais do contrato, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos da data prevista para a entrega definitiva do material, podendo ser aceito prazo diverso, desde que previamente autorizado pela fiscalização do contrato.		
09	Prestação de serviço de locução esportiva para corrida de rua, a ser realizada por profissional com experiência comprovada em eventos esportivos dessa natureza, responsável pela condução, animação e divulgação das informações oficiais do evento. O serviço deverá contemplar comunicação clara, dinâmica e adequada ao público participante, incluindo anúncios de largada, chegada, orientações gerais, chamadas institucionais e premiações, garantindo integração com a organização do evento e suporte durante toda a programação.	Serviço	01
10	Fornecimento e montagem de estrutura de pódio para premiação dos atletas classificados em 1º, 2º e 3º lugares, composta por plataforma elevada em três níveis distintos, com dimensões proporcionais e adequadas à realização da cerimônia de premiação. A estrutura deverá incluir backdrop personalizado com a identidade visual oficial da corrida, medindo, no mínimo, 3 m x 3 m, devidamente instalado e com acabamento compatível com eventos esportivos de médio e grande porte. O pódio deverá apresentar resistência, estabilidade e segurança para utilização pelos participantes durante a premiação, além de acabamento visual de qualidade e compatibilidade estética com os demais elementos do evento.	Und	01
11	Fornecimento e montagem de estrutura de guardavolumes, em formato de stand destinada ao armazenamento temporário de pertences dos participantes, com capacidade para atendimento de até 350 (trezentos e cinquenta) inscritos. A estrutura deverá disponibilizar espaço individual adequado para acondicionamento dos volumes, com dimensão aproximada de 30 cm x 50 cm (altura x largura), podendo utilizar sistema de armazenamento por compartimentos, cabides, ganchos ou solução equivalente que assegure organização, praticidade e segurança. O serviço deverá contemplar controle de entrega e retirada dos volumes, com identificação dos pertences e suporte operacional durante todo o período do evento. A estrutura deverá seguir a identidade visual previamente aprovada para a corrida, apresentando acabamento compatível com eventos esportivos de médio e grande porte.	Und	01
12	Fornecimento, montagem e desmontagem de estrutura tipo pórtico destinada à identificação e sinalização dos pontos de largada e chegada da corrida, contendo aplicação da identidade visual oficial do evento. A estrutura deverá ser confeccionada em material resistente e apropriado para utilização em ambientes externos, com sistema de sustentação seguro, estabilidade estrutural e acabamento compatível com eventos esportivos de médio e grande porte. O pórtico deverá possuir dimensões adequadas ao fluxo de participantes e à visibilidade do evento, além de espaço apropriado para aplicação de comunicação visual, logomarcas institucionais e identificação da corrida.	Und	01

13	Fornecimento de kit esportivo para corrida de rua, composto por camiseta, viseira esportiva e mochila tipo sacochila impermeável, além de número de peito com chip de cronometragem, mapa do percurso e informativo com as regras do evento. A camiseta deverá ser confeccionada em tecido tecnológico de alta performance, poliamida 100% ou poliamida com 2% de elastano, tipo Dry Fit, com alta respirabilidade, secagem rápida, conforto térmico e excelente durabilidade. A viseira deverá ser leve, de alta qualidade, com material respirável, faixa absorvente de suor e sistema de ajuste regulável. A sacochila deverá ser confeccionada em poliéster de alta densidade ou material equivalente premium, com revestimento impermeável, cordões reforçados, acabamento resistente, com bolso interno ou externo. Todos os itens deverão ser personalizados conforme a identidade visual oficial do evento, com acabamento de padrão elevado. As camisetas deverão ser disponibilizadas nos tamanhos PP, P, M, G, GG, XG e XXG, conforme indicação dos participantes no ato da inscrição. A contratada deverá encaminhar amostras físicas da camiseta, viseira e sacochila para análise e aprovação prévia dos fiscais do contrato, assegurando padrão de qualidade e conformidade com as especificações técnicas estabelecidas, em prazo mínimo de 30 (trinta) dias corridos antes da entrega final, podendo ser ajustado mediante anuência da fiscalização.	Und	350
14	Contratação de atração musical ao vivo, no formato banda baile, com repertório diversificado e adaptável a diferentes públicos e contextos, contemplando variados estilos musicais. O serviço deverá incluir estrutura completa de apresentação, com músicos, equipamentos e execução musical ao vivo, assegurando qualidade técnica, boa performance sonora e adequação ao perfil do evento. CRITÉRIOS MÍNIMOS PARA A ATRAÇÃO MUSICAL: A atração musical a ser contratada deverá atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos mínimos, compatíveis com o porte e as características do evento: • Ser banda ou grupo musical composto por, no mínimo, 04 (quatro) integrantes, entre músicos e vocalistas; • Possuir repertório mínimo de 40 (quarenta) músicas, abrangendo, no mínimo, 04 (quatro) estilos ou gêneros musicais distintos, de modo a proporcionar variedade musical compatível com o perfil diversificado do público do evento; • Realizar apresentação musical com duração mínima de 02 (duas) horas, conforme programação estabelecida pela Administração; • Disponibilizar estrutura própria de sonorização compatível com público de aproximadamente 350 (trezentos e cinquenta) pessoas e com as características do local da apresentação, contemplando, no mínimo, mesa de som, caixas acústicas, amplificação, microfones e demais equipamentos necessários à adequada execução da apresentação; • Disponibilizar os instrumentos musicais e demais equipamentos necessários à realização da apresentação, responsabilizando-se pela montagem, operação e desmontagem da estrutura de sua responsabilidade.	Serviço	01

	O atendimento aos requisitos deverá ser comprovado mediante documentação idônea, quando solicitado pela Administração, de forma a permitir a verificação objetiva da capacidade técnica, artística e operacional da atração musical para a execução do serviço.		
15	Contratação de serviço de apresentação musical ao vivo com saxofone, a ser executado por músico instrumentista em ponto específico do percurso da corrida, previamente definido pela organização. A apresentação deverá ocorrer em horário compatível com o andamento da prova, sem interferir no fluxo dos atletas. A contratada será responsável pelo fornecimento do músico, do instrumento musical e de todos os acessórios necessários à execução do serviço, devendo assegurar qualidade técnica, pontualidade, boa performance sonora e adequação ao ambiente externo do evento.	Serviço	01
16	Disponibilização do espaço destinado à realização do evento (Espaço Rampa Cultural), por meio de cessão, locação ou contrapartida institucional, cabendo à contratada o pagamento do valor fixo de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). O espaço deverá estar apto para a realização das atividades relacionadas à corrida, incluindo áreas de apoio, concentração, largada, chegada e confraternização, quando aplicável, em condições adequadas de segurança, acessibilidade, limpeza e infraestrutura básica. A utilização do espaço deverá ocorrer em data e horário previamente definidos, garantindo compatibilidade com a montagem, execução e desmontagem da estrutura do evento, bem como com o fluxo de participantes e do público.	Serviço	01

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DA VINCULAÇÃO

2.1. Conforme artigo 92, II da Lei nº 14.133/2021 as partes declaram que se vinculam ao Edital do Pregão Eletrônico nº **XX/2026**, assim como ao Termo de Referência e à proposta da CONTRATADA.

2.2. Aplicam-se ao presente contrato os preceitos da Lei nº 14.133/2021, e o disposto no Processo nº 3318/2026-90, que precedeu e deu origem a este instrumento.

2.3. Integram o contrato, independentemente de transcrição:

- I – Termo de Referência/Projeto Básico (o que couber);
- II – Proposta comercial da CONTRATADA;
- III – ARP (se for o caso);
- IV – Empenho;
- V – Edital/Instrumento de Contratação Direta (o que couber).

2.4. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e do Ato da Mesa nº

2531/2023, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos Contratos.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Contratação de empresa especializada em corrida de rua para realização da 7ª corrida e caminhada do servidor da ALRN.

3.2. O serviço será prestado no dia 31 de outubro de 2026, no Espaço Rampa Cultural às 16h, contando com um percurso de 5km para corrida e 3Km para caminhada.

3.3. A execução dos serviços compreenderá não apenas as atividades realizadas na data do evento, mas também todas as etapas preparatórias e operacionais necessárias à sua realização, incluindo, dentre outras: entrega dos kits aos participantes; apresentação e entrega de amostras para aprovação da fiscalização contratual; realização de vistoria técnica do percurso; montagem e desmontagem da estrutura do evento; obtenção e apresentação das documentações, licenças e autorizações necessárias junto aos órgãos competentes; reuniões de alinhamento com a equipe da Assembleia; além de demais serviços correlatos indispensáveis à execução da Corrida.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUSTENTABILIDADE

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do **Termo de Referência (Anexo do Edital/Contrato) – ITEM 3.4.**, que é parte integrante e indissociável deste instrumento, para todos os fins de direito, conforme previsto na legislação vigente, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. O valor total do contrato será de **R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, conforme composição de custos descrita na tabela a seguir:

Item	Material/Serviço de apoio	Und.	Qtd.	Valor Unt.	Valor Total
01	Seguro (morte acidental, invalidez por acidente, despesas médicas	Und	350	R\$ XXXX	R\$ XXXX

	hospitalares e odontológicas).				
02	Providências relacionadas à obtenção das autorizações necessárias para a realização da corrida de rua/evento junto aos órgãos públicos e entidades privadas competentes, incluindo o pagamento das taxas, tributos e demais encargos aplicáveis.	Und	01	R\$ XXXX	R\$ XXXX
03	Equipe especializada para liberação muscular/massoterapia (mínimo de 6 profissionais) com todos os equipamentos específicos de apoio.	Serviço	01	R\$ XXXX	R\$ XXXX
04	Ambulâncias com equipe técnica obrigatória, tipo D com motorista e dois profissionais da área de saúde em cada uma - enfermeiro e médico, que devem ser inscritos no Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Norte (COREN RN) e no Conselho Regional de Medicina, respectivamente.	Und	02	R\$ XXXX	R\$ XXXX
05	Fornecimento de serviço de hidratação, compreendendo o armazenamento, a refrigeração e a distribuição de 80 (oitenta) caixas de água mineral, contendo 48 (quarenta e oito) copos de 200 ml cada, totalizando 3.840 (três mil, oitocentos e quarenta) copos, a serem disponibilizados em 04 (quatro) pontos de hidratação, assim distribuídos: 01 (um) ponto na área de largada/chegada, 02 (dois) pontos ao longo do percurso e 01 (um) ponto na área de confraternização pós-evento. O quantitativo estimado destina-se ao atendimento dos participantes, equipes de apoio, colaboradores, voluntários e demais envolvidos no evento, contemplando ainda reposição contínua, perdas operacionais e estoque de contingência, de modo a garantir o abastecimento durante toda a 7ª Corrida e Caminhada do Servidor da ALRN.	Serviço	01	R\$ XXXX	R\$ XXXX
06	Prestação de serviço de cronometragem eletrônica para até 350 (trezentos e cinquenta) atletas, mediante utilização de sistema eletrônico de alta precisão, com tecnologia Race Zone ou equivalente, incluindo sensores/tapetes de captação instalados nos pontos de largada, percurso e chegada. O serviço deverá assegurar a atuação de uma equipe técnica especializada para instalação, operação e monitoramento do sistema durante todo o evento, bem como apuração segura e precisa dos tempos dos participantes. Deverão ser	Serviço	01	R\$ XXXX	R\$ XXXX

	disponibilizados resultados em tempo real ou em prazo compatível com a finalização da prova, incluindo classificação geral e por categoria.				
07	Fornecimento de troféus personalizados destinados à premiação dos participantes classificados em 1º, 2º e 3º lugares, feminino e masculino nas categorias Servidor, Convidados, Parlamentares, PCD e 60+, confeccionados de acordo com a identidade visual previamente aprovada para o evento. Os troféus deverão possuir acabamento de alta qualidade, com altura mínima de 15 cm, podendo ser confeccionados em zamac com base em MDF, acrílico premium, aço inox, metal fundido ou material equivalente de padrão similar ou superior, desde que amplamente utilizado em eventos esportivos e corridas de referência, garantindo resistência, durabilidade e apresentação estética compatível com a relevância do evento. As peças deverão conter personalização exclusiva do evento, incluindo aplicação de logomarca, identificação da categoria e colocação correspondente. A contratada deverá encaminhar amostra física ou catálogo detalhado do modelo proposto para análise e aprovação dos fiscais do contrato, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos da data prevista para a entrega definitiva dos materiais, podendo ser aceito prazo diverso, desde que previamente autorizado pela fiscalização do contrato.	Und	30	R\$ XXXX	R\$ XXXX
08	Fornecimento de medalhas personalizadas em zamac para todos os participantes da corrida, incluindo convidados, confeccionadas de acordo com a identidade visual previamente aprovada para o evento. As medalhas deverão possuir espessura aproximada de 2 mm e diâmetro aproximado de 8 cm, com acabamento de qualidade, além de fita em cetim com largura aproximada de 2 cm, devidamente personalizada ou compatível com a identidade visual do evento. A contratada deverá encaminhar amostra física ou catálogo detalhado da medalha para análise e aprovação dos fiscais do contrato, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos da data prevista para a entrega definitiva do material, podendo ser aceito prazo diverso, desde que previamente autorizado pela fiscalização do	Und	350	R\$ XXXX	R\$ XXXX

	contrato.				
09	Prestação de serviço de locução esportiva para corrida de rua, a ser realizada por profissional com experiência comprovada em eventos esportivos dessa natureza, responsável pela condução, animação e divulgação das informações oficiais do evento. O serviço deverá contemplar comunicação clara, dinâmica e adequada ao público participante, incluindo anúncios de largada, chegada, orientações gerais, chamadas institucionais e premiações, garantindo integração com a organização do evento e suporte durante toda a programação.	Serviço	01	R\$ XXXX	R\$ XXXX
10	Fornecimento e montagem de estrutura de pódio para premiação dos atletas classificados em 1º, 2º e 3º lugares, composta por plataforma elevada em três níveis distintos, com dimensões proporcionais e adequadas à realização da cerimônia de premiação. A estrutura deverá incluir backdrop personalizado com a identidade visual oficial da corrida, medindo, no mínimo, 3 m x 3 m, devidamente instalado e com acabamento compatível com eventos esportivos de médio e grande porte. O pódio deverá apresentar resistência, estabilidade e segurança para utilização pelos participantes durante a premiação, além de acabamento visual de qualidade e compatibilidade estética com os demais elementos do evento.	Und	01	R\$ XXXX	R\$ XXXX
11	Fornecimento e montagem de estrutura de guardavolumes, em formato de stand destinada ao armazenamento temporário de pertences dos participantes, com capacidade para atendimento de até 350 (trezentos e cinquenta) inscritos. A estrutura deverá disponibilizar espaço individual adequado para acondicionamento dos volumes, com dimensão aproximada de 30 cm x 50 cm (altura x largura), podendo utilizar sistema de armazenamento por compartimentos, cabides, ganchos ou solução equivalente que assegure organização, praticidade e segurança. O serviço deverá contemplar controle de entrega e retirada dos volumes, com identificação dos pertences e suporte operacional durante todo o período do evento. A estrutura deverá seguir a identidade visual previamente	Und	01	R\$ XXXX	R\$ XXXX

	aprovada para a corrida, apresentando acabamento compatível com eventos esportivos de médio e grande porte.				
12	Fornecimento, montagem e desmontagem de estrutura tipo pórtico destinada à identificação e sinalização dos pontos de largada e chegada da corrida, contendo aplicação da identidade visual oficial do evento. A estrutura deverá ser confeccionada em material resistente e apropriado para utilização em ambientes externos, com sistema de sustentação seguro, estabilidade estrutural e acabamento compatível com eventos esportivos de médio e grande porte. O pórtico deverá possuir dimensões adequadas ao fluxo de participantes e à visibilidade do evento, além de espaço apropriado para aplicação de comunicação visual, logomarcas institucionais e identificação da corrida.	Und	01	R\$ XXXX	R\$ XXXX
13	Fornecimento de kit esportivo para corrida de rua, composto por camiseta, viseira esportiva e mochila tipo sacochila impermeável, além de número de peito com chip de cronometragem, mapa do percurso e informativo com as regras do evento. A camiseta deverá ser confeccionada em tecido tecnológico de alta performance, poliamida 100% ou poliamida com 2% de elastano, tipo Dry Fit, com alta respirabilidade, secagem rápida, conforto térmico e excelente durabilidade. A viseira deverá ser leve, de alta qualidade, com material respirável, faixa absorvente de suor e sistema de ajuste regulável. A sacochila deverá ser confeccionada em poliéster de alta densidade ou material equivalente premium, com revestimento impermeável, cordões reforçados, acabamento resistente, com bolso interno ou externo. Todos os itens deverão ser personalizados conforme a identidade visual oficial do evento, com acabamento de padrão elevado. As camisetas deverão ser disponibilizadas nos tamanhos PP, P, M, G, GG, XG e XXG, conforme indicação dos participantes no ato da inscrição. A contratada deverá encaminhar amostras físicas da camiseta, viseira e sacochila para análise e aprovação prévia dos fiscais do contrato, assegurando padrão de qualidade e conformidade com as especificações técnicas estabelecidas, em prazo mínimo de 30 (trinta) dias corridos antes da entrega final, podendo ser	Und	350	R\$ XXXX	R\$ XXXX

	ajustado mediante anuência da fiscalização.				
14	Contratação de atração musical ao vivo, no formato banda baile, com repertório diversificado e adaptável a diferentes públicos e contextos, contemplando variados estilos musicais. O serviço deverá incluir estrutura completa de apresentação, com músicos, equipamentos e execução musical ao vivo, assegurando qualidade técnica, boa performance sonora e adequação ao perfil do evento. CRITÉRIOS MÍNIMOS PARA A ATRAÇÃO MUSICAL: A atração musical a ser contratada deverá atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos mínimos, compatíveis com o porte e as características do evento: • Ser banda ou grupo musical composto por, no mínimo, 04 (quatro) integrantes, entre músicos e vocalistas; • Possuir repertório mínimo de 40 (quarenta) músicas, abrangendo, no mínimo, 04 (quatro) estilos ou gêneros musicais distintos, de modo a proporcionar variedade musical compatível com o perfil diversificado do público do evento; • Realizar apresentação musical com duração mínima de 02 (duas) horas, conforme programação estabelecida pela Administração; • Disponibilizar estrutura própria de sonorização compatível com público de aproximadamente 350 (trezentos e cinquenta) pessoas e com as características do local da apresentação, contemplando, no mínimo, mesa de som, caixas acústicas, amplificação, microfones e demais equipamentos necessários à adequada execução da apresentação; • Disponibilizar os instrumentos musicais e demais equipamentos necessários à realização da apresentação, responsabilizando-se pela montagem, operação e desmontagem da estrutura de sua responsabilidade. O atendimento aos requisitos deverá ser comprovado mediante documentação idônea, quando solicitado pela Administração, de forma a permitir a verificação objetiva da capacidade técnica, artística e	Serviço	01	R\$ XXXX	R\$ XXXX

	operacional da atração musical para a execução do serviço.				
15	Contratação de serviço de apresentação musical ao vivo com saxofone, a ser executado por músico instrumentista em ponto específico do percurso da corrida, previamente definido pela organização. A apresentação deverá ocorrer em horário compatível com o andamento da prova, sem interferir no fluxo dos atletas. A contratada será responsável pelo fornecimento do músico, do instrumento musical e de todos os acessórios necessários à execução do serviço, devendo assegurar qualidade técnica, pontualidade, boa performance sonora e adequação ao ambiente externo do evento.	Serviço	01	R\$ XXXX	R\$ XXXX
16	Disponibilização do espaço destinado à realização do evento (Espaço Rampa Cultural), por meio de cessão, locação ou contrapartida institucional, cabendo à contratada o pagamento do valor fixo de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). O espaço deverá estar apto para a realização das atividades relacionadas à corrida, incluindo áreas de apoio, concentração, largada, chegada e confraternização, quando aplicável, em condições adequadas de segurança, acessibilidade, limpeza e infraestrutura básica. A utilização do espaço deverá ocorrer em data e horário previamente definidos, garantindo compatibilidade com a montagem, execução e desmontagem da estrutura do evento, bem como com o fluxo de participantes e do público.	Serviço	01	R\$ XXXX	R\$ XXXX

5.2. No valor descrito acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado em até 20 (vinte) dias úteis, a contar do atesto da Nota Fiscal, salvo quando houver pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência,

após a execução do objeto contratual, por meio de depósito em conta corrente, mediante Ordem Bancária.

6.2. No momento de apresentação de cada Nota Fiscal/Fatura, deverá vir acompanhada de prova de regularidade fiscal da CONTRATADA, com a apresentação das seguintes certidões:

- a) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos Negativos) de Débitos Trabalhista;
- b) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos Negativos) de Débitos Municipais;
- c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos Negativos) de Débitos Estaduais;
- d) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos Negativos) de Débitos Federais (CONJUNTAS);
- e) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

6.2.1. Não estando em dia com as certidões negativas, a ausência das mesmas não configurará impedimento ao pagamento, porém a empresa será notificada para regularização fiscal.

6.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, conforme dados a seguir:

- a) Banco: XXXXXXXXXXXX;
- b) Agência: XXXXXX;
- c) Conta: XXXXXXXX.

6.4. As **demais regras, diretrizes, procedimentos** e a metodologia de **pagamento** encontram-se descritos no **Termo de Referência (Anexo do Edital/Contrato) – ITEM 11**, que é parte integrante e indissociável deste instrumento, para todos os fins de direito, conforme previsto na legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços contratados poderão ser reajustados para preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado, tendo como referência o IPCA/IBGE, nos termos do art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação

conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços de valor.

7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da ALRN, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária: 01.101 – Assembleia Legislativa;

Função: 01 - Legislativa;

Subfunção: 031 – Ação Legislativa;

Programa: 0106 – Fortalecimento da Ação Legislativa;

Ação: 403301 – Programa de Qualidade de Vida no Trabalho;

Elemento Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

Fonte de Recurso: 0500 – Recursos Não Vinculados de Impostos.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica a CONTRATANTE obrigada a enviar à CONTRATADA, após a assinatura deste instrumento, cópia da Nota de Empenho vinculada ao objeto deste contrato, devidamente assinada pelo Ordenador de Despesas.

CLÁUSULA NONA – DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

9.1. O recebimento seguirá o normativo interno da ALRN e o disposto no art. 140 da Lei 14.133/21.

a) **Provisoriamente**, no ato da entrega/execução dos serviços, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, após a conclusão da execução do objeto previsto neste Instrumento.

a.1.) O **recebimento provisório** compreenderá a verificação, pela fiscalização, da execução dos serviços contratados, incluindo a organização e realização do evento, a disponibilização das equipes, a prestação dos serviços de hidratação, cronometragem, locução, atendimento e apoio, bem como a montagem e desmontagem das estruturas e a entrega e disponibilização dos materiais integrantes do objeto, tais como kits, medalhas, troféus e demais itens previstos neste Instrumento.

b) **Definitivamente**, no prazo máximo 2 (dois) dias úteis contados do recebimento provisório, após a verificação mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

9.2. No caso de vício grave ou impossibilidade de regularização, o objeto poderá ser rejeitado de imediato.

9.3. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança, ficando a CONTRATANTE desobrigada em processar o pagamento até a regularização.

9.4. O recebimento definitivo dos serviços pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios aparentes, de quantidade ou ocultos, tampouco por disparidades com as especificações estabelecidas, que venham a ser verificadas posteriormente, aplicando-se, para tanto, o previsto na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA deverá observar, durante toda a execução do contrato, o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), comprometendo-se a tratar os dados pessoais a que tiver acesso exclusivamente para as finalidades relacionadas à execução do objeto contratado e de acordo com as instruções da CONTRATANTE.

10.2. As **demais obrigações da CONTRATADA** encontram-se descritas no **Termo de Referência (Anexo do Edital/Contrato) – ITEM 7**, que é parte integrante e indissociável deste instrumento, para todos os fins de direito, conforme previsto na legislação vigente,

assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

11.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021, a **CONTRATANTE** deve cumprir as que se encontram descritas no **Termo de Referência (Anexo do Edital/Contrato) – ITEM 8**, que é parte integrante e indissociável deste instrumento, para todos os fins de direito, conforme previsto na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

12.1. DESIGNAÇÃO E RESPONSABILIDADE:

12.1.1. **A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) pela Administração**, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e do Ato da Mesa nº 2.531/2023, permitida a atuação de equipe de apoio, sem prejuízo das atribuições do gestor do contrato. Sendo o (a) servidor(a) **BÁRBARA RASHMA CAVALCANTI DE FRANÇA**, matrícula nº 201745-8, o(a) **fiscal titular**, e o(a) servidor(a) **EDUARDA LOYZE DANTAS VANDERLEY**, matrícula nº 207015-4, o(a) **fiscal substituto(a)**, o(a)s quais podem ser contactado(a)s através do(s) e-mail(s): qualidadedevida@al.rn.leg.br e telefone institucional: (84) 3132-0322.

12.1.2. O fiscal e o substituto exercerão suas atribuições com observância da legislação vigente, devendo registrar todas as ocorrências, deficiências e comunicações pertinentes à execução contratual, encaminhando cópia à CONTRATADA e à Divisão de Gestão de Contratos e Convênios, para adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas pactuadas.

12.1.3. **O fiscal substituto** assumirá automaticamente as atribuições do titular em seus impedimentos, devendo manter-se atualizado sobre a execução contratual e auxiliar nas ações de fiscalização, conforme o art. 12 do Ato da Mesa nº 2.531/2023.

12.2. As **demaís regras, diretrizes, procedimentos** e metodologia detalhada para o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato encontram-se descritos no **Termo de Referência (Anexo do Edital/Contrato) – ITEM 5**, que é parte integrante e indissociável deste instrumento, para todos os fins de direito, conforme previsto na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PREPOSTO

13.1. A CONTRATADA designará o(a) Sr(a). **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, telefone: _____, e-mail: _____ para representar a empresa e atender a todas as demandas, questionamentos e solicitações da CONTRATANTE junto a este instrumento contratual.

13.2. Se por algum motivo o funcionário que atua como preposto for desligado da empresa, esta enviará automaticamente nova indicação.

13.3. A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

14.1. As **regras, diretrizes, procedimentos** e metodologia detalhada para a **aplicação das sanções administrativas** encontram-se descritas no **Termo de Referência (Anexo do Edital/Contrato) – ITEM 10**, que é parte integrante e indissociável deste instrumento, para todos os fins de direito, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e no Ato da Mesa nº 2531/2023 – Anexo V.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

15.1. As alterações contratuais observarão os arts. 124 a 136 da Lei 14.133/2021.

15.2. Acréscimos e supressões permitem ajuste proporcional do valor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

16.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses legais dos arts. 137 a 139 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

17.1. O prazo de vigência do Contrato será de 90 (noventa) dias, **iniciando-se na data da assinatura eletrônica**, podendo ser encerrado antes, com o exaurimento do objeto e respectivo recebimento definitivo pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá a CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial Eletrônico (DOE).

18.2. A CONTRATANTE providenciará a divulgação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) como condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

- a) Até 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;
- b) Até 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos Contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. As partes elegem o foro da cidade de Natal/RN, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste contrato.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato assinado pelas partes abaixo.

Asssembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, Palácio “JOSÉ AUGUSTO”, Natal, **na data da assinatura eletrônica.**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO NORTE

DEPUTADO EZEQUIEL FERREIRA – PRESIDENTE

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX – REPRESENTANTE
CONTRATADA

ANEXO I - PROPOSTA



LEGISPAD
Sistema de Processo
Administrativo Digital

Documento assinado eletronicamente por **THIAGO ANTUNES BEZERRA**, em 27/08/2026, às 09:43.



A autenticidade do documento pode ser conferida em <https://legispad.al.rn.leg.br/publico/autenticacao-documento>, informando o identificador do documento **445248** e o código de acesso **BB8CA13F**